

A importância da materialidade dos Centros Clandestinos de Detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil

Jocyane Ricelly Baretta¹

Resumo: A proposta deste artigo consiste na apresentação de um levantamento de Centros de Clandestinos de Detenção e Tortura no Brasil – os CCDT's –, ativos durante a Ditadura brasileira, buscando desenvolver um exercício de reflexão de como a dinâmica repressiva e a materialidade dos espaços, a partir da sua implantação e do seu uso, enquanto ferramenta repressora exercendo influência sobre o corpo e a mente de quem esteve ali na condição de preso político. Esta é uma análise que busca compreender as relações entre pessoas e a materialidade dos centros, possibilitando trazer à luz novos elementos sobre período ditatorial brasileiro, bem como contribuir para construção de memórias materiais através do apontamento e da divulgação dos crimes perpetrados pelo Estado autoritário nos CCDT's. Por fim, apresento a análise de um desses CCDT's, o Dopinha em Porto Alegre/RS.

Palavras chave: Ditadura Brasileira;Centros Clandestinos; Materialidade.

Abstract: The purpose of this article is to present a survey of Clandestine Detention and Torture Centers in Brazil - the CCDTs -, active during the Brazilian dictatorship, seeking to develop an exercise of reflection on how the repressive dynamics and the materiality of spaces, from its implantation and its use as a repressive tool exerting influence on the body and mind of those who were there as political prisoners. This is an analysis that seeks to understand the relationships between people and the materiality of the centers, making it possible to bring to light new elements about the Brazilian dictatorial period, as well as to contribute to the construction of material memories through the pointing out and dissemination of crimes committed by the authoritarian State in the CCDT's . Finally, I present the analysis of one of these CCDT's, the Dopinha in Porto Alegre / RS.

Keywords: Brazilian Dictatorship; Clandestine Centers; Materiality

A Ditadura brasileira e o seu aparato repressivo

A Ditadura brasileira (1964-1985) teve seu início com um golpe de Estado onde o General Castello Branco assumiu o poder e, de imediato, colocou em ação seu plano de governo que foi gestado e amadurecido, desde os anos 50 na ESG – Escola Superior de Guerra que, por sua vez, tinha como base a DSN – Doutrina de Segurança Nacional. O

¹ Doutoranda em Arqueologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFPEL (PPGAnt/UFPEL), bolsista Capes. E-mail: jocyanebaretta@gmail.com.

Estado, ao assumir as diretrizes² da DSN, passa a ter como objetivo o combate de todo e qualquer opositor do novo regime, baseado na lógica do “inimigo interno” (ALVES, 1985; PADRÓS, 2010), além da adoção de práticas que negavam as conquistas adquiridas pelo Estado de Direito (DOCKHORN, 2002). Uma vez assumida essa concepção, foram montados os aparatos repressivos, ou seja, as ferramentas utilizadas pelo Estado para a coleta de informações e a repressão efetiva dos tais inimigos. A guerra passa ser entendida como uma nova forma de conflito “não-clássico” (DOCKHORN, 2002), onde qualquer indivíduo é suspeito de estar envolvido com a subversão e, deste modo, sendo necessário o reforço da segurança abarcando todos os âmbitos da sociedade.

Nesse sentido, a lógica do sistema repressivo se tornou eficaz e abrangente, em especial se compreendermos os elementos de Terrorismo de Estado (TDE) como chave da DSN. Estes correspondem à diversa cadeia de mecanismos administrativos, propagandísticos, psicológicos e jurídicos (PADRÓS, 2005), adotados pelo Estado, que serviram de alicerce às práticas clandestinas ou não. Isto diz respeito à atuação das unidades de inteligência, de informação, de controle e de repressão física explícita aos considerados opositores do regime.

Os principais elementos do TDE apontados por Padrós (2005) correspondem, primeiramente, à aplicação de violência de maneira irradiada, isto é, aquela capaz de afetar, na forma de uma espiral crescente, todos que estão à volta da vítima direta. Esta forma de violência se mostra eficaz porque atinge duplamente o indivíduo – direta e indiretamente – e, porque é uma ameaça concreta ao mundo do perseguido. Outro ingrediente é a facilidade de diluição de responsabilidades dentro do Estado burocrático da máquina repressiva, através de pactos de silêncio, de corporativismo, de rodízios, de disciplina e obediência a hierarquias, e etc.

O terceiro ponto corresponde à implantação e solidificação da “cultura do medo” que é alimentada pelo “cenário de silêncio, da desconfiança, da alienação, da autocensura e de um clima de temor permanente” (PADRÓS, 2005, p.18). Esta “cultura do medo” é um resultado da “pedagogia do medo” (PADRÓS, 2005) que são ações de impacto direto sobre o corpo e mente dos indivíduos com o objetivo pedagógico de ensinar e lembrar que qualquer transgressão será severamente punida. A eficiência do TDE aumenta na medida

2 Estas diretrizes estavam centradas nos conceitos de geopolítica, bipolaridade e de guerra total (DOCKHORN, 2002; ALVES, 1985). Basicamente, o conceito de geopolítica parte de uma concepção biológica do Estado; a bipolaridade significa a divisão do mundo em dois blocos hegemônicos e a guerra total corresponde ao combate à ameaça comunista em todos os âmbitos.

em que gera efeitos psicológicos paralisantes abrangentes na sociedade por meio de práticas de terror.

Entre as estratégias e ferramentas repressivas, foram criadas estruturas de atuação que, por um lado, coletavam e processavam informações e, de outro, as que executavam. Cabe lembrar que todas estavam subordinadas às Forças Armadas - FFAA (RCNV, 2014). Entre estas ferramentas é possível identificar aquelas utilizadas sob o aparato “legal”, isto é, com reconhecimento jurídico do novo regime, o que significa dizer que havia espaços oficiais atuando como Centros de Detenção e Tortura – CDT’s (quartéis, delegacias, etc)³. Estes espaços também se constituíam como organismos mistos de atuação policial e militar, entre diferentes esferas, a exemplo dos DOPS – Departamento de Ordem Política e Social; dos DOI/CODI – Departamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna; entre outros como delegacias e quartéis das Forças Armadas e da polícia militar (ver figura 1).

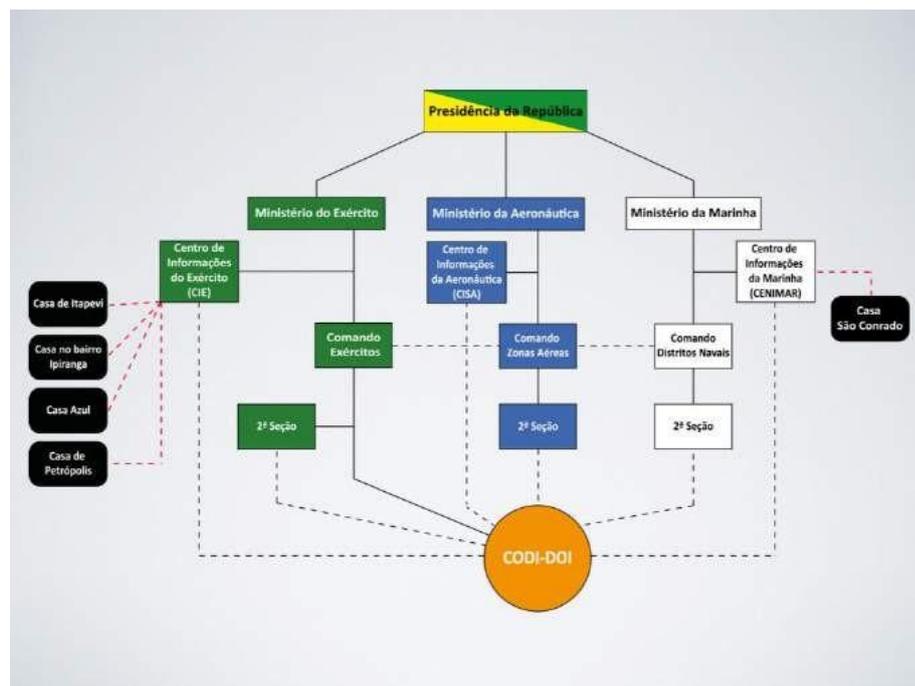


Figura 1: Estrutura geral de repressão dos centros de violação de Direitos Humanos (R1CNVCC, 2014, p.7).

3 Os Centros de Detenção e Tortura - CDT's - estavam diretamente vinculados aos comandos dos órgãos de inteligência e repressão ligados aos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica. Suas estruturas correspondiam, respectivamente, ao Centro de Informações do Exército – CIE; ao Centro de Informações da Marinha – CENIMAR e ao Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – CISA; além do SNI – Sistema Nacional de Informações.

Paralela à estrutura oficial ou legal do Estado foram criadas estruturas clandestinas de combate à subversão, os Centros Clandestinos de Detenção e Tortura – CCDT's. A organização dos CDT's e CCDT's se deu a partir de uma “rede formada por um conjunto de órgãos com ramificações verticais e horizontais” (RCNV, 2014, p.4) que garantiam o desenvolvimento de “um padrão de repressão altamente seletivo” (RCNV, 2014, p.4) e efetivo (ver figura 1).

Portanto, a dinâmica repressiva relacionada à criação e uso de centros de tortura no Brasil, está imbuída na lógica da DSN como uma prática do TDE no combate à subversão. Os elementos do TDE apontados por Padrós (2005) permitiram compreender a lógica para criação e funcionamento dos CCDT's porque o combate aos opositores do regime se deu de maneira efetiva e abrangente, intensa e ordenada, fosse por vias oficiais ou não. Entender a organização e o funcionamento do aparato repressivo brasileiro, no que se refere à criação e uso dessas estruturas, revela a importância em identificarmos e reconhecemos a sua materialidade na forma de edificações, presentes em diferentes cidades brasileiras e, assim, darem a conhecer o que aconteceu nesses espaços. Isto torna palpável, materializa e nos aproxima da possibilidade de registrar e contar histórias de pessoas que sentiram na pele as ações de um Estado autoritário, que tentou permanecer incólume ao atentar gravemente contra os Direitos Humanos.

Centros Clandestinos de Detenção e Tortura

Um CCDT pode ser definido como um lugar físico utilizado de maneira clandestina pelo Estado autoritário no combate aos seus opositores. Estes poderiam ser casas, sítios, fazendas, espaços isolados ao ar livre, etc., ou seja, poderia ser qualquer lugar onde os agentes do Estado julgassem adequados para manter pessoas sequestradas, para torturar, para cometer assassinatos e para desaparecer pessoas sem deixar quaisquer vestígios desta atuação. Essas ações tinham como finalidade a quebra individual dos sujeitos, além de promover a neutralização e desmobilização social. Esta era uma prática eficaz para o sistema repressor porque além de eliminar o inimigo de forma direta, espalhava seus efeitos psicológicos sobre a população, conformando um poder anônimo e onipresente. Isto possibilitou ainda, a preservação do Governo em relação às denúncias de violação de direitos humanos (PADRÓS, 2005), ou seja, facilitou a impunidade dos crimes cometidos pelo Estado durante a Ditadura.

As estruturas ligadas ao poder paralelo tinham sua atuação sob o comando das Forças Armadas, extrapolando os procedimentos utilizados pelo Estado dentro do regime de exceção, violando sua própria legalidade no momento que suas ações eram consideradas insuficientes para repressão. Isto fica evidente no momento em que agentes do Estado lançam mão de procedimentos e instrumentos - como o uso da força direta e sem limites judiciais-, de maneira sistemática e regular, de acordo com as circunstâncias estabelecidas pelo próprio Estado, a fim de assegurar a estabilidade e o funcionamento repressivo (RCNV, 2014).

De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), nos lugares clandestinos também eram desenvolvidas atividades tanto de identificação quanto de combate efetivo aos opositores. Além disso, era comum o recrutamento e monitoramento de pessoas para atuar como infiltrados nas organizações opositoristas; de alojar e proteger agentes envolvidos em atividades clandestinas, garantindo assim a inimizabilidade de responsabilidade dos mesmos (RCNVCC, 2014). Era comum a atuação de pessoal sempre ligado às Forças Armadas, das polícias federal e militar, além do uso de informantes civis, como no caso do CCDT – Dopinha em Porto Alegre⁴.

A função de um CCDT dentro da lógica repressiva era marcada pelo desenvolvimento de atividades como serviços de inteligência e de combate efetivo aos opositores por meio de sequestros, pelo uso da tortura como forma de interrogatório para obtenção de informações e, em contrapartida, promover a “quebra” dos indivíduos como forma de desestruturação física e psíquica (BNM, 1985; FICO, 2001). Cabe lembrar, que a violência aplicada sobre os corpos e mentes dos presos, dentro desses espaços, possuía conotação de gênero, ou seja, havia tratamento específico destinado às mulheres (CONTREIRAS, 2015; GRACIA, 2014; MERLINO, 2010; SANSAVIERO, 2012), onde a violência no corpo da mulher era contínua, sistemática e generalizada (PECORARO, 2011), aplicada como política de TDE.

Outro aspecto de competência dos CCDT's, mas não exclusiva, era o desaparecimento forçado de pessoas. A Corte Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas define desapareção como:

(...) a privação de liberdade de uma pessoa ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das

4 Sobre a atuação de civis neste centro ver mais em Mitchell (2007).

garantias processuais pertinentes (CIDH, 1994 Artigo 2).

O papel dos CCDT's no processo de desaparecimento no país está situado como uma engrenagem na política de TDE, porque se constituíam em lugares físicos para onde as pessoas eram levadas e forçadas à condição de desaparecidas. As formas utilizadas pelos agentes do Estado para desaparecer engloba uma série variada de ações, tais como: a retirada do corpo sem qualquer possibilidade de identificação (digitais e arcada dentária) (RICNVCC, 2014); além da incineração de corpos (GUERRA, 2012); de assassinatos “em combate”, acidentes e suicídios onde o corpo desaparecia pela “via administrativa” (HATTORI et al, 2016); pelo arremesso de corpos em rios ou no mar (RCNV, 2014); pelo enterramento em lugares clandestinos como valas em cemitérios – como em Perus/SP e no cemitério de Xambioá/TO (CFMDP, 2009), entre outras⁵.

Os elementos apresentados, além da definição, do uso e função dos CCDT's dentro da dinâmica repressiva, dão a conhecer a existência desse tipo de estrutura física, utilizada como ferramenta pela política de Estado vigente na Ditadura. Nesse sentido, é possível entender que este Estado se materializou nos CDT's e CCDT's, tendo nestes, uma estrutura repressiva ampla e com a finalidade da sua manutenção através do uso de práticas do TDE. Deste modo, aponto para a importância em conhecermos a sua materialidade⁶ - entendida aqui como os lugares físicos-, pois, através dela é possível contarmos histórias de

5 As práticas para desaparecer pessoas como a de sepultar em cemitérios, muitas vezes, acontecia através da inumação com identidades falsas ou com os nomes de militantes clandestinos. De acordo com o *Dossiê da Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil*, os locais utilizados pela repressão, que se tem conhecimento hoje, foram: o Cemitério Dom Bosco no bairro de Perus e o Cemitério de Campo Grande, em São Paulo; o Cemitério de Xambioá no Estado do Tocantins, onde houve a Guerrilha do Araguaia; também o Cemitério Ricardo Albuquerque na cidade do Rio de Janeiro e o Cemitério de Santo Amaro na cidade do Recife, Estado de Pernambuco (CFMDP, 2009, p.25-29). Houve buscas por desaparecidos nos cemitérios em São Paulo e no Tocantins onde foram identificadas sete pessoas (CFMDP, 2009) que estavam desaparecidas (poucas considerando o número total). No caso do cemitério do Rio de Janeiro isso não ainda foi possível. Cabe lembrar o protagonismo da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos em sua luta e pressão junto ao Estado para que as buscas acontecessem, enfrentando dificuldades políticas e judiciais, ano após ano, entre outros muitos entraves, como o acesso a arquivos e documentos. Ver mais em Vala Clandestina de Perus (2012) e em CFMDP- Dossiê Ditadura (2009).

6 Sobre o conceito de Materialidade sigo as ideias de Ingold (2013), que entende a materialidade como a composição de propriedades materiais conformada de substância, de superfície e de meio, as quais são continuamente geradas e dissolvidas pelo fluxo de material através da interface entre superfície e meio. A preferência por utilizar materiais e materialidade em relação ao termo cultura material está baseada na ideia de Ingold (2012), onde temo sugere, previamente, uma polarização entre mente e matéria. A opção por materiais e materialidade informa sobre a tentativa de rompimento com as dicotomias do mundo ocidental, entendendo que pessoas e coisas são constituídas de diferentes matérias em fluxos, processos e movimentos capazes de deixar rastros, possibilitando a “leitura” e interpretações desses processos vitais a partir dos fluxos de materiais, ou seja, “traçando os caminhos através dos quais a forma é gerada, onde quer que eles nos levem” (INGOLD, 2012, p.27). Quanto a não utilização do termo cultura material diz respeito à crítica aos estudos de cultura material (TILLEY, 2007, OLSEN, 2003, MILLER, 2007) como uma expressão contemporânea do hilemorfismo matéria/forma (INGOLD, 2012) que dão a conhecer sobre o caráter material do mundo – que não é passivo -, por um lado e, sobre a agência humana, por outro.

pessoas que passaram por estes espaços (CERTEAU, 1994). Esta materialidade é parte da história desse país e, estudos desta natureza revelam o seu potencial em colaborar para construção de memórias materiais⁷ da Ditadura, bem como criar uma consciência histórica sobre esse período.

A possibilidade de materializar memórias consiste em compreender essa materialidade como um meio importante capaz de fazer lembrar. Não é novidade estudos que apontam para a importância das coisas nesse processo (HALBWACHS, 2004; ARTIÈRES, 1998), contudo, compreender que a memória é passível de materialização consiste em uma perspectiva analítica própria da compreensão entre as relações estabelecidas entre humanos e o meio material. Seguindo por este caminho, entendo que a relação entre as pessoas e a materialidade desencadeia e auxilia na formação das memórias, pois, muitas vezes, se é capaz de se lembrar de algo a partir de coisas que fazem uma ponte de ligação com o passado e que remete a alguma lembrança (BARETTA, 2014). Assim, quando Halbwachs (2004) diz que a memória tem caráter social, inspirou-me a pensar sobre o poder que o meio material pode exercer sobre as memórias, bem como as memórias em relação à materialidade – como forma de construção de memórias materiais (BARETTA, 2015). Além disso, interpreto estas relações estabelecidas como uma via de mão dupla, no sentido de considerar, por um lado os lugares físicos como espaços criados, permeados de ações humanas e de trocas, isto é, o espaço como lugar praticado no sentido atribuído por Certeau (1994) e, por outro, considerando que esta materialidade também é capaz de exercer influência sobre os corpos e mentes de quem a experiencia.

Na sequência apresento um levantamento baseado no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), na forma de tabela, com o objetivo de divulgar a existência desses espaços (ver tabela 1). Estes apontamentos podem ser considerados como o início da sistematização de informações sobre Centros Clandestinos no Brasil, destarte o trabalho da CNV que indicou o total de dezessete lugares⁸ espalhados pelo país, em funcionamento na década de 1970. Entretanto, há que se continuar a investigar porque esse número pode

7 Ao pensar na possibilidade das ideias se materializarem por meio da escrita, imagino que as lembranças e a memória também podem ser materializadas na forma de um texto, de objetos ou mesmo monumentos, os quais podem exercer a função de lembrar, assim como a identificação da edificação de um CCDT. Assim, esses lugares possuem importância, no sentido da relevância das coisas para evocação do passado, bem como apontar o lugar que a materialidade ocupa ou venha a ocupar na imaginação das sociedades. Sobre o conceito e memórias materiais ver mais em Baretta (2015).

8 Estes dezessete lugares apontados pela CNV (2014) correspondem ao somatório dos sete principais centros (tabela 1) mais outros dez lugares sem maiores informações. No levantamento preliminar, realizado pela CNV, são identificados estes outros dez Centros de Clandestinos de Detenção e Tortura em diferentes lugares espalhados pelo território nacional. Estes locais compreendem casas, sítios e apartamentos identificados com base em denúncias e relatos de pessoas locais. Contudo, não foi possível obter maiores informações a cerca do seu funcionamento, bem como a identificação de vítimas. Ver mais em R2CNVCC (2014 p.24-32).

ser maior, se tomarmos como base o levantamento dos lugares utilizados pela Ditadura em Porto Alegre (BARETTA, 2015) que identificou quarenta e cinco lugares, sendo que, pelo menos, dois deles foram entendidos como clandestinos - o Dopinha e a Ilha do Presídio -, só na capital gaúcha.

O período de funcionamento dos CCDT's apontados pela Comissão Nacional da Verdade (2014) corresponde aos anos de 1970 e 1975, sob o argumento de que o marco inicial do uso deste tipo de estrutura como ferramenta repressiva se intensificou pós A.I-5 (1968). A data final é marcada pela "Operação Radar" - a ofensiva do CIE contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) (RICNVCC, 2014). Entretanto, esta data pode ser discutível porque em Porto Alegre foi identificado um Centro Clandestino com atuação entre 1964 e 1966, (CPI/ALRS, 2011), além do uso ilegal⁹ como presídio político na Ilha das Pedras Brancas entre os anos de 1964 e 1982, que não foram mencionados pelo referido Relatório.

CENTRO	LOCALIZAÇÃO	PERÍODO	HISTÓRICO
Casa Azul	Localizada na Rodovia Transamazônica km 01, bairro do Amapá na cidade de Marabá, no Estado do Pará. Sede do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	1972 e 1973	Funcionou por ocasião da Guerrilha do Araguaia. Seu comando era ligado ao CIE – Centro de Informações do. Este CCDT era utilizado para detenção e interrogatórios e, mostrou sua eficácia contabilizando o total de 24 pessoas desaparecidas atreladas a este. Sua localização estratégica, junto à Rodovia Transamazônica facilitava a movimentação dos agentes pela região Exército (RICNVCC, 2014, p.08- 16).
Casa de São Conrado	Bairro de São Conrado na cidade do Rio de Janeiro, na saída do antigo Túnel Dois Irmãos, ao lado da Comunidade da Rocinha.	1970	Estava ligado ao Centro de Informações da Marinha – CENIMAR em atuação conjunta com a polícia civil, o Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. A CNV identificou duas vítimas, uma delas sobreviveu, o Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). De acordo com o depoimento de Marival Chaves, ex-sargento do CODI-DOI do II Exército, em São Paulo, este Centro “de tortura e morte” existiu antes da Casa da Morte em Petrópolis, para onde eram levados os presos condenados à morte. Este CCDT, possivelmente teve um período breve de atuação, de acordo com o relato do ex- sargento, entre 1969/70 até o início das atividades em Petrópolis
Casa de Petrópolis	Rua Arthur Barbosa, 668 (atual n. 50), em Petrópolis, RJ.	1971 e 1974	Estava ligada ao Centro de Operações de Defesa Interna/Destacamento de Operações de Informações - CODI-DOI - do I Exército (Rio de Janeiro) e ao Centro de Informações do Exército – CIE. Este CCDT atuava como um braço secreto dos DOI's com o objetivo de realizar sequestros, infiltrar agentes nas organizações de esquerda, realizar traslado de presos, interrogatórios sob tortura, assassinatos, ocultação de cadáveres, entre outras atribuições. Houve uma única sobrevivente Inês Etienne Romeu, que permaneceu presa e torturada,

⁹ Ver mais processo de tombamento da Ilha das pedras Brancas- IPHAE/RS (2014).

Fazenda 31 de março	Bairro Emburá, ao sul da represa de Guarapiranga, entre a cidade de Embu-Guaçu e a represa Billings, na Grande São Paulo.	1970 e 1973	Ligada ao Centro de Operações de Defesa Interna/Destacamento de Operações de Informações - CODI-DOI - do II Exército em São Paulo. Foram identificadas, pela CNV, três pessoas que sobreviveram à este CCDT e outras três que foram assassinadas. Neste caso, Maurício Segall, um dos sobreviventes, descreve o lugar como isolado, sem energia elétrica, que ele permaneceu vendado durante todo o trajeto até chegar ao CCDT, foi torturado e presenciou a morte de outro companheiro. Estas informações dizem respeito estratégias de uso de lugares afastados, relegando facilidade e liberdade de ação dos agentes e de movimentação sem levantar
Casa de Itapevi	Estrada da Granja, nº 20, Itapevi/SP.	1974 e 1975	Estava ligada ao Centro de Operações de Defesa Interna/Destacamento de Operações de Informações - CODI-DOI do II Exército em São Paulo, e ao Centro de Informações do Exército – CIE. A CNV identificou oito pessoas que passaram por este CCDT e estão desaparecidas (R2CNVCC, 2014, p.12-16).
Casa no Bairro Ipiranga	Av. Tereza Cristina, 58 no bairro do Ipiranga - São Paulo/SP.	1972 e 1973	“A Casa do Ipiranga funcionou como um centro de recrutamentos de infiltrados que ao serem capturados, assinavam contratos de prestação de serviços com o Exército. Esses serviços incluíam a delação de ex- companheiros, relatos de reuniões e o fornecimento de informações que pudessem levar ao desmantelamento de aparelhos – pontos de encontro desses militantes, nos quais eram articuladas ações de combate ao regime ditatorial. Em troca, os infiltrados recebiam proteção policial e, muitas vezes, importâncias em dinheiro. Não houve registros de torturados e mortos no local”
Casa do Renascença	Rua Taquari, nº508, bairro Renascença, Belo Horizonte/MG.	1969	Ligada ao 12º Regimento de Infantaria do Exército e à Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais (R2CNVCC, 2014, p.20-24). A CNV identificou pelo menos três mulheres vítimas deste CCDT.
Dopinha	Rua Santo Antônio nº 600, Bomfim Porto Alegre/RS	1964-1966	Local clandestino, considerado uma sucursal do DOPS/RS para atividades de informações e, possivelmente, tortura.
Ilha das Pedras Brancas	Lago Guaíba - Porto Alegre/RS	1964-1982	Presídio Político, sob controle da Guarda Civil, agentes do DOPS/RS, considerado de uso clandestino porque não era uma instituição prisional legalizada de acordo com a denúncia apresentada ao MP (IPHAÉ/RS, 2014).

Tabela 1: Quadro com os principais CCDT’S em atividade na Ditadura.

Dopinha, um CCDT em Porto Alegre/RS

O Dopinha era um órgão clandestino que servia para coleta de informações, detenção e provavelmente de tortura dos opositores ao regime militar e, de acordo com Baretta (2015), tinha atuação secreta como uma espécie de ‘filial’ do DOPS/RS – Departamento de Ordem Político e Social. Estava localizado num casarão, na Rua Santo Antônio nº 600, no tradicional bairro Bom Fim em Porto Alegre. Acredita-se que esteve em funcionamento entre os anos de 1964 e setembro de 1966 (CPI/ALRS, 2011 p.8). A existência do Dopinha foi descoberta com o “Caso das Mãos Amarradas” em 1966¹⁰, e foi

10 O “caso das mãos amarradas” é como ficou conhecido o assassinato do Sargento do Exército Manoel Raymundo Soares, que foi encontrado morto na confluência das águas do Rio Jacuí e do Guaíba. Segundo o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (CPI/ALRS) que foi instaurada em 31/8/1966, esse foi o primeiro caso de crime político noticiado nacionalmente, pois ainda

retomado publicamente pela mídia em 1987 e, no ano 2000, com o “Caso Savi”¹¹. Um terceiro elemento que revela a existência do centro clandestino que foi a descoberta de um ex-funcionário, pelo jornalista José Mitchell (2007), que o entrevistou ainda na década de 1980. Trata-se do médico Ênio de Oliveira, um dos raros civis que trabalharam no Dopinha. Sua função era de separar as fichas dos subversivos e dos grupos contrários ao regime que eram produzidas pela equipe de inteligência do local.

Rosa (2012) conseguiu entrevistar, no ano de 2006, uma pessoa que esteve presa no Dopinha, o Carlos Heitor. Em seu doutorado a autora utilizou o depoimento para fazer uma análise discursiva e material sobre o local. A historiadora considera que o depoimento de Carlos Heitor possibilitou a “visibilidade material do antigo centro de torturas, [e] corrobora com os relatos que sinalizam para a ampla liberdade de ação e repressão que tinham os militares do Rio Grande do Sul” (Rosa, 2012, p.88-90).

O mesmo Carlos Heitor também concedeu, em 19/05/2012, uma entrevista ao jornal local Zero Hora, relatando detalhes do período em que ficou preso no casarão. Alguns fragmentos de seu relato¹² deram a conhecer sua relação com a materialidade da casa, o Dopinha, a partir do momento que narrou sua experiência naquele espaço. Sua fala, para um jornal de grande circulação na capital gaúcha, possibilita compreender significado a cerca da construção do seu depoimento, possivelmente, com o objetivo de contar para o leitor a sua história, de modo a revelar o que acontecia naquela casa do pacato bairro Bom Fim, durante o período ditatorial (BARETTA, 2015).

não havia o recrudescimento imposto pelo AI-5 de dezembro de 1968 (CPI/ALRS, 2011). De acordo com o andamento das investigações, foi possível identificar elementos da dinâmica repressiva, revelar atrocidades cometidas pelo DOPS/RS aos presos e a existência do Dopinha, ambos naquele momento, comandados pelo Major Luiz Carlos Mena Barreto (CPI/ALRS, 2011, p.36-37).

11 O “Caso Savi” é o caso do “delegado de Polícia Civil de Porto Alegre, José Luiz Carvalho Savi, [que] encaminhou uma solicitação ao Conselho Superior de Polícia requerendo o reconhecimento do tempo de serviço prestado à Secretaria de Segurança pública do Estado (SSP/RS)”, ainda na década de 1980. José requeria o tempo de serviço do período que trabalhou como informante, possivelmente no Dopinha - quando ainda não era funcionário público - entre os meses de “novembro de 1964 e setembro de 1966” (Rosa, 2012, p.75).

Rosa (2012, p.75) indicando o Jornal ZH (28/05/1987 p.52), o Jornal do Brasil e a Revista Isto é. Ver mais sobre o “Caso Savi” em Rosa (2012, p.75), em Mitchell (2007, p.23) e Acervo do MJDH/RS.

12 Reportagem com o depoimento de Carlos Heitor Azevedo, dado ao jornal Zero Hora em 19/05/2012(<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/05/contra-a-forca-nao-ha-resistencia-diz-ex-prisioneiro-do-dopinha-3764031.html>). Acesso em agosto/2014.



Figura 2: Dopinha - Fachada frontal. Detalhe, no canto inferior direito, a entrada da garagem. Foto: Heitor Birnfeld, acervo pessoal, 2014.

O Dopinha estava em uma casa que foi alugada de forma secreta¹³. É lógica a ideia de se misturar na sociedade para passar despercebido, por isso a escolha de um bairro tradicional, residencial e com fácil acesso para diferentes pontos da cidade, inclusive próximo às vias de saída. Isso corrobora com as ideias de Leonor Arfuch (2013) que indicam a existência de lugares na Argentina, como centros clandestinos de detenção, campos de concentração e extermínio, misturados à malha urbana separados apenas por um muro ou parede da vida cotidiana das grandes cidades.

A importância desta materialidade é perceptível na fala de Carlos Heitor, pois ela parece funcionar como um estopim que faz vir à tona suas lembranças, conforme o relato que segue:

O carro entrou em uma garagem comprida, uma espécie de túnel subterrâneo. No fundo do túnel, me mandaram descer. Tinha sete ou oito presos ali, e as paredes eram pintadas de sangue. Nós ouvíamos gritos, urros, choros desesperados. Não sabíamos de onde vinham os gemidos. Depois que fui liberado, concluí que o sangue devia ser de galinha ou algo assim. Os gritos, talvez fossem gravações. A ideia era nos horrorizar. Aquilo já era tortura. (...) A gente ficava na penumbra, sentado em bancos de pedra, junto às paredes. (...) Me lembro que, depois de quatro ou cinco horas naquele porão, me levaram para uma pequena sala no andar de cima da casa. [para interrogatório] (...) Eram brutais, ameaçadores. (...) Não me torturaram, (...) Mas fizeram uma demonstração de força que, sinceramente, a gente se acovarda todo. A gente fica sem reação. Contra a força, não há resistência. Nem porcos eles deviam tratar daquela forma. (...) Me levaram para baixo de novo. E me atiraram em uma sala que servia de quarto, com mais três ou quatro pessoas. Era ao lado do porão, parecia uma lavanderia. Fiquei dois dias lá. Não tinha colchão, ficávamos sentados no chão, cochilávamos quando era possível. Na verdade, ninguém pensava em dormir. De vez em quando, eles chamavam alguém para ser interrogado de novo. Mas, antes de chamarem, nós

13 De acordo com José Mitchell (2007, p.20).

ouvíamos aqueles sons de novo, os gemidos e gritos (JORNAL ZH, 19/05/2012).

Conforme interpretado em Baretta (2015) este relato manifesta a reconstituição de um trajeto, feito por ele, em sua passagem pelo casarão. A entrada da casa pela garagem (figura 2); a sala onde ficou preso na parte de baixo da casa com bancos de pedra e paredes pintadas com sangue; depois foi levado à parte superior para interrogatório e, novamente para sala na parte inferior; criando uma ideia de percurso, como uma viagem executada pelos seus pés pelos espaços da casa, precisando “alguma forma elementar de prática organizadora do espaço” (CERTEAU, 1994, p.201). Prática esta, que fora anunciada por meio de sua narrativa estabelecendo sua relação com aquele espaço, de modo que sua experiência tenha sido lá, naquele lugar – identificando aquela casa e não outra. Isto pode ser entendido como o modo pelo qual o narrador, através de práticas espaciais, atribuiu significado àquele lugar. Nesse sentido o casarão, que é um lugar, passa a ser entendido como um “espaço”, ou seja, “um lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p.202).

Carlos Heitor estabelece vínculos entre a materialidade atual e sua história, isto fica claro também no texto de Rosa (2012) ao narrar seu encontro com Carlos Heitor na rua do casarão, tornando evidentes algumas relações e significados com seu entorno. A autora escreve que ele “lembra-se do que diziam os vizinhos do casarão na época: falavam de gente morta saindo dali... descreviam horrores. Infelizmente, a maioria dessas pessoas não mora mais na rua. Muitas morreram e outras se mudaram. Atualmente o casarão encontra-se cercado por inúmeros prédios” (ROSA, 2012, p.90). Apesar das mudanças físicas do bairro, com o passar dos anos e, a mudança da vizinhança, a casa permanece como um testemunho de sua história (BARETTA, 2015).

A fala de Carlos Heitor também permite compreender o centro clandestino como um dispositivo¹⁴ repressivo que atuava sobre as pessoas que estavam naquele lugar. De acordo com Michel Foucault (2007, p.91) “a descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados”. Nesse sentido, é plausível entender como o centro clandestino era utilizado pelo aparato repressivo, enquanto política

14 Este é um conceito trabalhado por Foucault, em *A Microfísica do Poder* na década de 1970. Este conceito pode ser entendido como um mecanismo de dominação, ou ainda, de acordo com a interpretação de Judith Revel (2005), dispositivo significa "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito [...] 'O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos" (REVEL 2005 p.40). Ver também Giorgio Agamben (2009) em “O que é o contemporâneo? E outros ensaios” onde o autor aborda esse conceito de Foucault. Rosa (2012 p.88) também entende o Dopinha como um dispositivo, no sentido apreendido por Foucault – em *Microfísica do Poder* -, ao trabalhar com o depoimento de Carlos Heitor sobre o período em que esteve no casarão.

de TDE, como forma de dominação da mente e corpo dos que por ali passaram e, ainda, sobre as práticas do serviço de inteligência para identificar e perseguir os opositores do regime ditatorial.

A materialidade deste centro é analisada a partir da sua arquitetura (lugar físico) entrecruzando com as informações do relato de Carlos Heitor que possibilita algumas interpretações quanto ao uso dos espaços da casa. Esta é uma edificação alta, com grandes janelas nas salas frontais, que fornecem boa visibilidade da rua e, assim, maior controle sobre os que ali transitavam (ver planta 01). Isto pode ser entendido como forma de constante vigilância e controle, em um lugar com uma fachada ‘inocente’. A entrada da garagem, na parte térrea, fica na altura da rua e dá acesso direto aos fundos do terreno e à parte debaixo da casa, o que, possivelmente, facilitava os movimentos sem alardes (ver figuras 03 e 04). Ainda na parte térrea, segundo aponta Carlos Heitor, as pessoas permaneciam presas - “me lembro que, depois de quatro ou cinco horas naquele porão, me levaram para uma pequena sala no andar de cima da casa (...). Me levaram para baixo de novo. E me atiraram em uma sala que servia de quarto (...). Era ao lado do porão, parecia uma lavanderia”¹⁵ (ver figuras 03, 04 e 8). A parte habitável da casa, por assim dizer, fica num plano diferente, no térreo e no primeiro andar. Isto pode indicar, acima de tudo, certa liberdade de ação e atuação dos militares tanto para interrogatórios, quanto a utilização dos espaços para serviços de inteligência (ver planta 02).



Figura 3: Dopinha -Vista do pátio interno para o interior da garagem, no detalhe a porta do provável porão, no final do túnel. Foto: Fernanda Tocchetto, 2013.

15 Quando Carlos Heitor fala em porão se refere ao subsolo da casa. Ver planta 02.



Figura 4: Dopinha - Provável sala na parte de baixo, ao lado do porão, “lavanderia”. Foto: Carlos Latuff/Sul21. Cedida pelo MJDH/RS.

O casarão provavelmente foi construído na década de 1930. Seu projeto arquitetônico (ver planta 01) informa sobre a construção da casa de dois andares no terreno que estava acima do nível da rua. É possível perceber, na fachada frontal, uma escadaria de acesso ligando o portão da rua ao primeiro nível da casa. A sua porta principal está localizada na lateral sul, não na frente (planta 01). Este é considerado o pavimento térreo (ver planta 02). O primeiro andar é a parte alta da casa, apresenta janelas amplas, possibilitando boa visibilidade da rua (ver figura 2). No nível chamado de subsolo (ver planta 02) está localizado o porão, que tem seu acesso à área externa pelo portão da garagem em forma de túnel (ver plantas 01 e 02). Este dá acesso ao terreno do imóvel, que possivelmente, em algum momento, foi escavado para ficar no nível da rua (ver figuras 3 e 5) (BARETTA, 2015).

Comparando as plantas do projeto de construção de 1931 e a planta de regularização de 2009, identifiquei a ampliação da construção no terreno, junto à parte posterior da casa dando a forma de L (ver planta 02). Esta, possivelmente, foi realizada entre as décadas de 1940/50 por apresentar características construtivas como um telhado em quatro águas, com telhas francesas (ver planta 02 e figura 06) e o tipo de ornamentos na mureta dos fundos (ver figuras 05 e 06). Este anexo passou por alguma modificação, provavelmente nos anos 1970, pois na parte térrea apresenta uma alteração unindo a casa à edícula e outra aos fundos da

mesma, ambas cobertas com telhas tipo “calhetão” que remetem ao período sugerido (ver planta 02, figuras 05 e 06)¹⁶ (BARETTA, 2015).



Figura 5: Dopinha - Vista dos fundos da casa . À esq. o final da garagem e, à dir., o anexo. Ver ornamentos da mureta de proteção. Foto: Fernanda Tocchetto, 2013. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.



Figura 6: Dopinha – edícula (pavimento térreo acima do porão) com telhas francesas e calhetão nos fundos. Ver ornamentos da mureta de proteção. Foto: Fernanda Tocchetto, 2013. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

16 Para a interpretação das plantas contei com auxílio dos arquitetos da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre (EPAHC), Helton Estivalet e Carlos Alberto Sant’Ana, juntamente com a arqueóloga Fernanda Tocchetto do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, em 26/8/2015, a quem agradeço a colaboração.

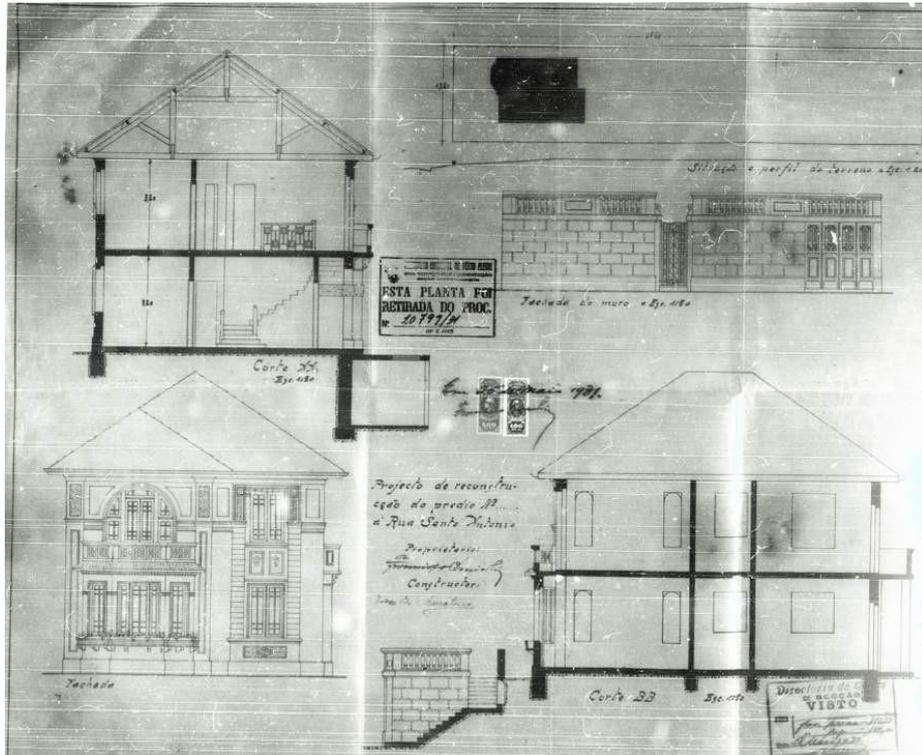


Figura 7: Dopinha – união entre a casa e a edícula (pavimento térreo), com telhas tipo calhetão. Foto: Fernanda Tocchetto, 2013. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

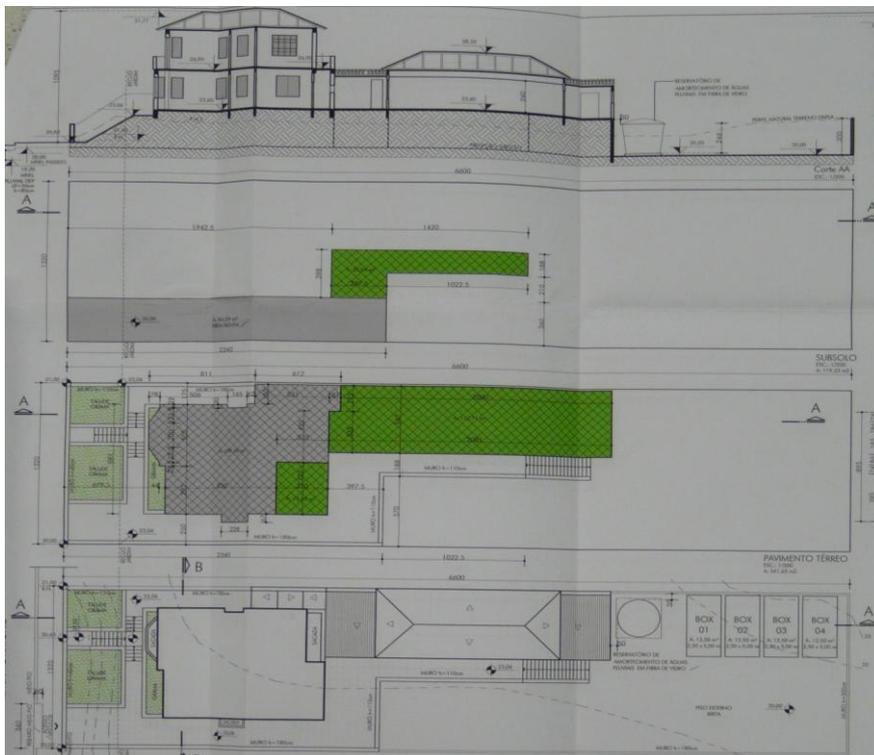
Uma hipótese levantada durante a comparação entre as plantas (1931 e 2009) é que quando a edícula foi construída, possivelmente o túnel da garagem tenha sido ampliado e o subsolo tenha sido escavado para instalação de um cômodo (porão) com sua porta no final deste túnel (ver figura 03). Os “bancos de pedra” mencionados por Carlos Heitor, provavelmente correspondam às fundações do anexo - “A gente ficava na penumbra, sentado em bancos de pedra, junto às paredes. (...) naquele porão”. As mesmas pedras aparecem na outra sala, na parte debaixo do anexo - “ao lado do porão, parecia uma lavanderia” (JORNAL ZH, 19/05/2012) (ver figuras 04 e 08). É bem possível que estas fundações estejam evidentes também no porão com porta de acesso no fim do túnel da garagem (BARETTA, 2015).



Figura 8: Dopinha – porta de entrada da “lavanderia” (subsolo); a sala está abaixo do pavimento térreo do anexo. Esta é acessada pelo pátio dos fundos. Foto: Fernanda Tocchetto, 2013. Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.



Planta 1: Projeto de construção de 25/05/1931 na parte alta do terreno. No detalhe acima à direita, a localização mostra somente a casa, sem o anexo. Fonte: Arquivo Municipal, processo n° 10799/31. Foto: Baretta (2014).



Planta 2: Detalhe em verde corresponde à ampliação – anexo da casa e porão. Planta de Regularização de Casa Comercial, 2009. Fonte: Edificapoa, processo n° 2.274.165.00.2. Foto: Baretta (2014).

As considerações de Baretta (2015) a respeito da arquitetura deste lugar contribuíram para a identificação dos diferentes espaços da casa e sua possível utilidade. O exame das plantas, combinado ao relato do ex-presos do centro clandestino, possibilitou perceber elementos da dinâmica repressiva na cidade, a partir de práticas repressivas (sequestros, prisões e torturas) nos espaços como o de uma casa, em um bairro residencial, evitando levantar suspeitas. A documentação indica o Dopinha como um lugar com intensa atuação dos serviços de inteligência, inclusive com a presença de funcionários organizando documentos de pessoas consideradas subversivas. As ações desta organização repressiva, possivelmente tenham retardado a implantação do DOI/CODI para meados dos anos 1970, em Porto Alegre. Digo isto porque as atividades iniciadas no Dopinha, muito provavelmente continuaram a ser exercidas em outros lugares da cidade após seu fechamento e, somadas às ações de outros órgãos repressivos como o DOPS/RS e a Divisão Central de Informação (DCI) -criada em 1969 -, configuravam a atuação repressiva eficiente no combate aos 'terroristas'.

O Dopinha foi interpretado como um lugar praticado (CERTEAU, 1994) onde o relato de Carlos Heitor, somado à documentação examinada, possibilitou a compreensão deste espaço como dotado de significados. Dentre eles, um espaço de importância para atuação repressiva local e, por outro lado, um espaço de experiências, de práticas de terror e tortura psicológica que atuaram diretamente sobre o corpo e a mente de pessoas presas. A espacialização das memórias do ex-presos, através do depoimento, serve como uma ponte de ligação entre a cultura material e o passado por ele vivido (BARETTA, 2015). Assim, a atribuição de significados para aquele casarão faz com que, de alguma maneira, as memórias possam ser transmitidas através desta materialidade, constituindo-se assim em memórias materiais da Ditadura brasileira.

Estas análises possibilitaram compreender sobre a dinâmica repressiva local a partir de elementos como a escolha de uma casa em um bairro residencial, centralizado, com diferentes vias de acesso e possibilidades de circulação. No que diz respeito à arquitetura da casa, pode-se dizer que o uso dos seus espaços, possivelmente, estava distribuído nos três níveis da casa: no subsolo, no térreo e no primeiro piso. O espaço de prisão (que, neste caso, engloba práticas de sequestro e de tortura física ou psicológica) localizado no subsolo da casa nos cômodos que Carlos Heitor denominou de porão, lavanderia e túnel da garagem. Estes espaços estavam no nível da rua. A parte de baixo da casa correspondia ao lugar onde os agentes da repressão, provavelmente, se utilizaram das suas características arquitetônicas (embaixo, escuro, úmido, sem arejamento, etc.). Os mesmos tinham consciência dos

significados de trancafiar pessoas nestes espaços, com objetivos bem definidos, demonstrando que a arquitetura também configurava um elemento da prática de TDE da polícia política.

Na parte habitável do casarão (térreo e primeiro pavimento), Baretta (2015) supôs que ocorriam atividades de ordem burocrática, as quais incluem organização de documentos de pessoas subversivas, de encontros, de reuniões e transações financeiras (como pagamento de civis contratados – como o caso do médico), também de interrogatórios e outras atividades relacionadas ao serviço da inteligência repressiva. O Dopinha merece um estudo mais aprofundado, onde seja possível adentrar no seu interior e observar os seus espaços, buscar novos dados e depoimentos sobre o período em que a casa foi usada como centro clandestino. As informações levantadas até o momento indicam o seu potencial para investigações, uma vez que este configura um lugar de relevância social e simbólica para a cidade.

Considerações finais

Estudar Centros Clandestinos no Brasil se constitui em um enorme desafio porque, como vimos, as práticas de TDE inseridas na lógica da DSN ligadas aos CCDT's, foram articuladas de modo que o Estado saísse incólume das atrocidades cometidas durante a Ditadura. Isto somado à maneira com que ocorreu a transição do regime ditatorial para a democracia, em nosso país, de forma lenta e gradual colaborando para apagamentos (MENESES, 2013) culminando na dificuldade em se identificar e localizar esses espaços. Contudo, o trabalho das Comissões da Verdade instauradas pelo país, dentro de suas limitações, conseguiu identificar e sistematizar os dados sobre os Centros Clandestinos espalhados pelo país. Outro elemento que contribui nesse sentido, diz respeito aos usos desses lugares após o fim da Ditadura, fosse como instituições privadas ou públicas onde, muitas vezes, a comunidade local passou a conviver e utilizar cotidianamente esses espaços sem saber o acontecia ali no período ditatorial.

Quanto a busca por respostas sobre quais foram os critérios para escolha dos CCDT'' e, se havia algum padrão para esse tipo de instalação, parto do pressuposto que é uma tradição militar pensar e utilizar os espaços de forma estratégica¹⁷. É possível que se reconheçam as intenções e estratégias na materialidade de um lugar. Isto significa explorar

17 Ver mais em Manual do Exército, disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/proforca/downloads>. Visitado em agosto/2014.

as relações que existem entre saber e poder, ou seja, analisar os saberes em termos de escolha dos lugares, de vigilância, dos deslocamentos e aprender sobre “o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos” (FOUCAULT, 2007, p.90). Deste modo, é possível visualizarmos pelo menos dois padrões na lógica de instalação dos CCDT's, por um lado os que estavam misturados à malha urbana, próximo de grandes vias com facilidade de mobilidade, como no caso do Dopinha, o DOPS/SP, o DOI-CODI/SP, a Casa de São Conrado, a Casa do Ipiranga e a Casa Azul. Enquanto que, por outro, o uso de locais afastados que relegavam maior liberdade de ação aos agentes da repressão, como na Casa de Petrópolis, a Fazenda 31 de Marco, a Casa de Itapevi.

As reflexões deste artigo vieram no intuito de demonstrar o potencial de pesquisas sobre CCDT's como produção de conhecimento sobre o passado ditatorial brasileiro e, acima de tudo, revelar a importância desta materialidade para contar histórias de pessoas que sentiram na pele as práticas de TDE aplicadas sob seus corpos e mentes dentro desses espaços (CERTEAU, 1994). Sabemos muito pouco sobre a criação e uso desses lugares no Brasil, se comparados com os estudos sob esta perspectiva material realizados nos CCDT's na Argentina (FUNARI, ZARANKIN, REIS, 2008; FUNARI, ZARANKIN, 2009; SALERNO, 2009; ZARANKIN, NIRO, 2008), por exemplo. No meu entendimento, estudar estes aspectos do nosso passado autoritário significa abrir a possibilidade de renovar esperanças de efetivamente fazer algo útil, se utilizando desta ferramenta chamada ciência, subvertendo padrões e rompendo barreiras entre mundo acadêmico e sociedade.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ALVES, Maria Helena M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Ed. Vozes: Petrópolis, 1985.

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía: exploraciones em los limites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

ARTIÈRES, Phillipe. “Arquivar a própria vida”. In: *Estudos Históricos* Nº 21: Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: CPDOC: FGV, 1998. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=39>. Visitado em 10/11/2013.

BARETTA, Jocyane R. *Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964-1985)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2015.

_____. Arqueologia da Repressão e da Resistência e suas contribuições para construção de memórias. *Revista de Arqueologia Pública*, nº10 LAP/UNICAMP. Campinas, 2014.

BNM, BRASIL NUNCA MAIS. *Um relato para a história*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CERTEAU. Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

CNV. *Relatório da Comissão Nacional Verdade*. Volumes I, II e III. Brasília: dezembro, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf> Visitado em jan.2015.

CIDH Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/k.Desaparecimento.htm>>. Visitado em outubro de 2016.

CPI/ALRS, Relatório. *O Caso das Mãos Amarradas*. Relatório da CPI que apurou a morte do Sargento do Exército Manoel Raymundo Soares. Memória do Parlamento. Porto Alegre: Assembleia Legislativa RS, 2011.

CFMDP, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. Almeida, C.; Lisboa, S.; Almeida Teles, J.; Maria Amélia Teles, M. A. (orgs). *Dossiê Da Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. rev.e ampl. IEVE, São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. *Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964-1985)*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. 2015.

DOCKHORN, Gilvan V. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento 1964-1974*. Coleção História n.46. Porto Alegre: EDIPUCRS , 2002.

FICO, Carlos. *Como eles agiam - os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUNARI, Pedro. P. A; ZARANKIN, Andrés; REIS, José A. *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

_____. e ZARANKIN, Andrés. “Brilho eterno de uma mente sem lembranças”: Arqueologia e construção da memória da repressão militar na América do Sul (1960-1980). IN: *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GRACIA, Emerson Flores. *Tortura e violência sexual contra mulheres na ditadura civil-militar brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. 2014.

GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HATTORI, Márcia et al. O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: A importância do acesso às informações funcionais de militares para o esclarecimento da autoria de graves violações de direitos humanos investigadas pela Comissão Nacional da Verdade. *Revista do Arquivo: Uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Ano 1 - Nº 2 - Abril de 2016. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/>. Visitado em jul. 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

INGOLD, Tim. Los Materiales contra la materialidad. *Papeles de Trabajo*, Año 7, N° 11, mayo de 2013, pp. 19-39.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

IPHAE/RS. *Processo de Tombamento da Ilha das Pedras Brancas*. Sedac/RS, processo n° 1273-11.00/14-3 de 10 de abril de 2014.

MENESES, Sônia. *Ditadura, Democracia e Esquecimento: 1964, o acontecimento recalcado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia*. *Revista Tempo e Argumento*. v.5 n.10, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013039/2865>>.V isitado em outubro 2016.

MERLINO, Tatiana. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na Ditadura Militar*. Porto Alegre: BS publicações, 2007.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. *Horizontes Antropológicos* [online]. vol.13, n.28, pp.33-63, 2007.

OLSEN, Bjorn. *Material culture after text: re-membering things*. *Norwegian Archaeological Review* 36(2): 87-104, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005.

PADRÓS, Enrique; et all. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: História e Memória. Conexão repressiva e Operação Condor*. vol. 3. 2° ed. Ver. e Ampl. Porto Alegre: Corag, 2010.

PECORARO, Alessandra P. Políticas de terror y violência sexual. IN: *Gritos em silêncio: uma investigação sobre la violência sexual em el marco del terrorismo de Estado*. Rosário: CLADEM, 2011.

REVEL, JUDITH. Michel Foucault: conceitos essenciais / Judith Revel ; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos : Claraluz, 2005.

R1CNVCC, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Preliminar De Pesquisa Centros Clandestinos De Violação De Direitos Humanos*. Parte 1, Abril de 2014.

R2CNVCC, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Preliminar De Pesquisa Centros Clandestinos De Violação De Direitos Humanos*. Parte 2, Abril de 2014.

RCNVCMP, Comissão Nacional da Verdade. Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis”. Março, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/2-uncategorised/459-relatorios-parciais-de-pesquisa.html>>. Visitado em outubro de 2016.

ROSA, Susel Oliveira da. *A biopolítica e a vida ‘que se pode deixar morrer’*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

SALERNO, Melisa. A construção da categoria “Subversivo” e os processos de remodelação de subjetividades através do corpo e do vestido (Argentina, 1976-1983). In: *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis, 2009.

SANSEVIERO, Rafael. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno. *Las Laurencias violência sexual y de género em el terrorismo de Estado Uruguayo*. Montevideo: Trilce, 2012.

TILLEY, Cris. Materiality in materials. *Archaeological dialogues*, v. 14, n.1, pp.16-20, 2007.

VALA CLANDESTINA DE PERUS. Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira. 1º edição. São Paulo: Instituto Macuco, 2012.

ZARANKIN, Andrés; NIRO, Cláudio. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83). IN: *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

Recebido em: 18/05/2017

Aprovado em: 21/07/2017